

LUAN VINICIUS BERNARDELLI
(ORGANIZADOR)

ECONOMIA:

Mercado e relações de trabalho

LUAN VINICIUS BERNARDELLI
(ORGANIZADOR)

ECONOMIA:

Mercado e relações de trabalho



Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Bruno Oliveira

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa



Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Prof^ª Dr^ª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof^ª Dr^ª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Prof^ª Dr^ª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Prof^ª Dr^ª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
Prof^ª Dr^ª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^ª Dr^ª Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
Prof^ª Dr^ª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^ª Dr^ª Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Prof^ª Dr^ª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Prof^ª Dr^ª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^ª Dr^ª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^ª Dr^ª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^ª Dr^ª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



Economia: mercado e relações de trabalho

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Maiara Ferreira
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizador: Luan Vinicius Bernadelli

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E19 Economia: mercado e relações de trabalho / Organizador
Luan Vinicius Bernadelli. – Ponta Grossa - PR: Atena,
2022.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-258-0279-4
DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.794222405>

1. Economia. I. Bernadelli, Luan Vinicius (Organizador).
II. Título.

CDD 330

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br



Atena
Editora
Ano 2022

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



APRESENTAÇÃO

A coleção “Organização Economia: Mercado e relações de trabalho” é uma obra que tem como objetivo principal o debate científico por meio de trabalhos diversos que compõem seus capítulos. O volume abordará de forma categorizada e interdisciplinar trabalhos, pesquisas, relatos de casos revisões e ensaios empíricos que transitam nos vários caminhos das organizações e da economia.

O objetivo central foi apresentar de forma categorizada e clara estudos desenvolvidos em diversas instituições de ensino e pesquisa do país. Em todos esses trabalhos, a linha geral foi o estudo de aspectos empresariais ligados às organizações e à economia.

Diversos temas importantes são, deste modo, debatidos aqui com a proposta de fundamentar o conhecimento de acadêmicos, mestres e todos aqueles que de alguma forma se interessam pelo estudo das organizações e da economia. São trabalhos que se empenham em mostrar o papel da sustentabilidade empresarial nas organizações, com ênfase no mercado e suas relações de trabalho.

Dessa forma, a organização deste livro não está pautada sob um critério único, dado a diversidade de temas e métodos que são apresentados. Neste livro, o leitor poderá contemplar 16 capítulos que debatem o mercado e as relações de trabalho.

Possuir um material que retrate o comportamento do mercado de trabalho e o perfil empresarial das organizações é essencial no atual contexto econômico e financeiro, onde há uma intensa modificação no perfil tanto das empresas, quanto dos profissionais. Tratam-se de temas atuais e de interesse direto da sociedade.

Deste modo a obra “Organização Economia: Mercado e relações de trabalho” apresenta uma teoria bem fundamentada nos resultados práticos obtidos pelos diversos professores e acadêmicos que arduamente desenvolveram seus trabalhos que aqui serão apresentados de maneira concisa e didática. Sabe-se o quanto importante é a divulgação científica, por isso evidencia-se também a estrutura da Atena Editora capaz de oferecer uma plataforma consolidada e confiável para estes pesquisadores exporem e divulguem seus resultados.

Luan Vinicius Bernardelli

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

O MERCADO DE TRABALHO NA PERSPECTIVA DA TEORIA PÓS-KEYNESIANA: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Gabriel Cavalcante de Sousa

Juliano Vargas

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7942224051>

CAPÍTULO 2..... 16

ASPECTOS QUE INFLUYEN EN EL CIERRE TEMPRANO DE NEGOCIOS EMERGENTES EN LA LOCALIDAD DE ESCÁRCEGA

María del Carmen Gómez Camal

Felix Alejandra Luna Medina

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7942224052>

CAPÍTULO 3..... 25

AUDITORIA PRIVADA NO SISTEMA DE GESTÃO AMBIENTAL DA EMPRESA LOCALIZADA NO MEIO RURAL E URBANO

Domingos Benedetti Rodrigues

Natóia Vatuzy Loose

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7942224053>

CAPÍTULO 4..... 39

PERFIL Y DIAGNOSTICO SITUACIONAL DE LAS INSTITUCIONES DE MICROFINANCIAMIENTO

Marco Vinicio Juño Delgado

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7942224054>

CAPÍTULO 5..... 50

SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL E A RELEVÂNCIA DA ECONOMIA CIRCULAR NO PÓS-PANDEMIA

Michele Lins Aracaty e Silva

Leonardo Marcelo dos Reis Braule Pinto

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7942224055>

CAPÍTULO 6..... 67

ENDIVIDAMENTO DO SERVIDOR PÚBLICO: UM ESTUDO DE CASO DENTRE OS PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE MANAUS

Danilo Jordanus Sousa Pereira

Fabiana Lucena Oliveira

Sonia Araujo Nascimento

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7942224056>

CAPÍTULO 7..... 79

REGULACIÓN DE LAS FORMAS DE TRABAJO COERCITIVO EN LA MINERÍA MEXICANA,

DURANTE EL PERIODO NOVOHISPANO

Elías Gaona Rivera

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7942224057>

CAPÍTULO 8..... 100

PESQUISA DE MARKETING: UM ESTUDO DE CASO EM UMA EMPRESA VAREJISTA DE HORTIFRUTIGRANJEIROS

Aline Silva Fortes Utpadel

Geneci da Silva Ribeiro Rocha

Paloma de Mattos Fagundes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7942224058>

CAPÍTULO 9..... 117

COMÉRCIO INTERNACIONAL E ECONOMIA CIRCULAR: PERSPETIVAS E DESAFIOS

Raquel Susana da Costa Pereira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7942224059>

CAPÍTULO 10..... 136

DISCURSO MODERNIZADOR E CONFLITOS SOCIAIS: O SETOR AÇUCAREIRO PERNAMBUCANO NA PRIMEIRA REPÚBLICA

Élcia de Torres Bandeira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.79422240510>

CAPÍTULO 11..... 148

O PROFISSIONAL DIGITAL, UMA NECESSIDADE DO NOVO MODELO DE ECONOMIA: COMO SUPERAR ESSE GAP?

Antônio Cardoso da Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.79422240511>

CAPÍTULO 12..... 157

ONGS E POLÍTICAS PÚBLICAS: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO SOBRE A EXPERIÊNCIA DA CECOR NA IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA DE AGROECOLOGIA NO MUNICÍPIO DE SERRA TALHADA

Maria Clotilde Meirelles Ribeiro

Rita de Cássia Mendes dos Santos Menezes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.79422240512>

CAPÍTULO 13..... 169

A EMERGÊNCIA DE NOVOS TERRITÓRIOS DA MODA ÍNTIMA NO SERTÃO NOROESTE DO CEARÁ: UM ESTUDO DE FRECHEIRINHA

Milvane Regina Eustáquia Gomes Vasconcelos

Virgínia Célia Cavalcante De Holanda

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.79422240513>

CAPÍTULO 14..... 179

REFLEXÕES ACERCA DA SUSTENTABILIDADE SINDICAL NA SOCIEDADE

TECNOLÓGICA

Raquel Hochmann de Freitas

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.79422240514>

CAPÍTULO 15..... 192

INDICAÇÕES GEOGRÁFICAS NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO: UMA REFLEXÃO NECESSÁRIA SOBRE A EFETIVIDADE DE IMPLEMENTAÇÃO

Uonis Raasch Pagel

Jaqueline Carolino

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.79422240515>

CAPÍTULO 16..... 205

A SUSTENTABILIDADE DA DÍVIDA PÚBLICA DO MERCADO DE CAPITAIS EM MOÇAMBIQUE: SEUS DESAFIOS E PERSPECTIVAS NO SISTEMA FINANCEIRO INTERNACIONAL

Camila Álvaro Mussa Napuanha

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.79422240516>

SOBRE O ORGANIZADOR..... 220

ÍNDICE REMISSIVO..... 221

COMÉRCIO INTERNACIONAL E ECONOMIA CIRCULAR: PERSPETIVAS E DESAFIOS

Data de aceite: 02/05/2022

Raquel Susana da Costa Pereira

ISCAP / CEOS.PP / P.PORTO
Portugal

RESUMO: O comércio internacional e o processo de globalização tornaram os sistemas de produção e as cadeias de valor progressivamente globais. O modelo económico linear “extrair-consumir-descartar” associado ao crescimento populacional, consumo massivo, aumento da riqueza e esperança média de vida, estão a colocar uma pressão insustentável sobre o planeta e os seus recursos. Este facto foi determinante para a definição da Agenda das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável. A Agenda 2030, os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, e a definição de estratégias de implementação da economia circular, estão no topo das prioridades económicas, sociais e ambientais do mundo. Este é um projeto ambicioso e multidimensional que requer o empenho de todos - consumidores, empresas, organizações, governos e países. Os princípios do modelo de economia circular são elementos chave para o desenvolvimento sustentável e isto implica mudanças muito significativas na forma como as nossas sociedades, empresas, consumidores e mercados estão organizados. Pelo seu potencial impacto no crescimento económico e na redução da pobreza, o comércio internacional constitui uma vertente chave para a implementação da economia circular e alcance do desenvolvimento

sustentável. Existem várias ligações potenciais entre o comércio internacional e a economia circular que precisam ser adotadas, aproveitadas e alavancadas para que se atinjam esses objetivos. Seguindo uma abordagem exploratória e descritiva, este trabalho visa clarificar conceitos e obter uma melhor compreensão das ligações entre a economia circular, o comércio e o desenvolvimento sustentável. Alguns benefícios económicos podem ser alcançados pela adoção de processos de economia circular, incluindo a utilização de materiais e energia de forma mais sustentável e eficiente, reforçando o comércio de produtos e serviços com baixo teor de carbono. Contudo, isso exige que os objetivos e políticas do sistema comercial multilateral e a ação de desenvolvimento sustentável sejam complementares e se apoiem mutuamente.

PALAVRAS-CHAVE: Comércio Internacional, Desenvolvimento Sustentável, Economia Circular.

ABSTRACT: International trade and the globalization process have made production systems and value chains progressively global. The linear “extract-consume-dispose” economic model associated with population growth, massive consumption, increasing wealth and average life expectancy are putting unsustainable pressure on the planet and its resources. This fact was instrumental in defining the United Nations Agenda for Sustainable Development. The 2030 Agenda, the 17 Sustainable Development Goals, and the definition of circular economy implementation strategies are at the top of the world’s economic, social, and environmental priorities. This ambitious

and multidimensional project requires everyone's commitment - consumers, businesses, organizations, governments, and countries. The principles of the circular economy model are key elements for sustainable development and this implies very significant changes in the way our societies, businesses, consumers and markets are organized. With its potential impact on economic growth and poverty reduction, international trade is a fundamental key for implementing the circular economy and achieving sustainable development. There are several potential linkages between international trade and the circular economy that need to be adopted, harnessed, and leveraged to achieve these goals. Through an exploratory and descriptive approach, this work aims to clarify concepts and gain a better understanding of the linkages between the circular economy, trade, and sustainable development. Some economic benefits can be achieved by adopting circular economy models, including using materials and energy more sustainably and efficiently, enhancing trade in low-carbon products and services. However, this requires that the objectives and policies of the multilateral trading system and sustainable development action are complementary and mutually supportive.

KEYWORDS: International trade, Sustainable Development, Circular Economy.

1 | INTRODUÇÃO

O comércio internacional constitui uma componente fundamental da atividade económica, sendo reconhecido o seu papel para o aumento da riqueza e crescimento, para a redução da pobreza e aumento de bem estar em geral (World Trade Organization [WTO], 2020; United Nations Environmental Programme [UNEP], 2020). O forte crescimento do comércio internacional e da globalização tornaram os sistemas de produção e consumo progressivamente globais. A evolução tecnológica e dos transportes, os progressivos acordos de livre comércio e integração regional, associados a outros acontecimentos políticos e à revolução digital, possibilitaram a expansão dos fluxos de comércio e de investimento em grande parte dos países, bem como ao aumento do número de países a participar nos fluxos mundiais de comércio. Assistiu-se, no último meio século, a um crescimento notável do comércio internacional. De acordo com dados da WTO (2020), o peso do comércio internacional no Produto Interno Bruto (PIB) mundial passou de 27.3%, em 1970, para 60.3% em 2019. Contudo, esta expansão do comércio global e interligação dos sistemas económicos conduziu ao aumento da procura mundial de recursos, à sua forte exploração e consumo, e consequente redução do capital natural global, bem como a crescentes problemas e catástrofes ambientais. No topo da agenda mundial encontra-se a discussão de medidas e políticas que permitam uma efetiva e acelerada transição do modelo económico linear para um sistema assente nos princípios da Economia Circular (EC), mais sustentável e em harmonia e respeito pelo planeta.

O sistema de EC refere-se a um modelo de produção e consumo que procura manter os materiais e produtos em uso durante o maior período de tempo possível. Baseando-se nos princípios de reutilização, reciclagem, reparação e redesign, promove a reconversão e reutilização de resíduos, a utilização de energias limpas e a redução e consumo de recursos

finitos (European Environment Agency [EEA], 2016; Borrello et al. 2020; StefanaKis e Nikolaou 2021; Yamaguchi, 2021).

Com efeito, as questões da sustentabilidade, proteção do ambiente e dos recursos naturais, a transição para a EC, constituem questões que estão no topo da agenda mundial (D'Amato & Korhonen, 2021; Nikolaou et al., 2021), com uma relevância crescente e determinante para os países, organizações e empresas que procuram definir e adotar políticas e estratégias que possam potenciar e promover práticas e princípios sustentáveis (Pereira, 2021).

Estas políticas e iniciativas têm verificado um grande desenvolvimento a nível doméstico e interno (Yamaguchi, 2021), mas para promover a sustentabilidade as vertentes económica, social e ambiental têm que ser abordadas de forma holística (Gentiloni, 2020) integrando o envolvimento de todos os intervenientes académicos, decisores políticos, indústrias, sociedade civil, comunidades locais e internacionais (D'Amato, 2021), bem como de todos os países e através de ações coordenadas a nível internacional (Gentiloni, 2020).

No que respeita ao comércio internacional, Yamaguchi (2018, 2021) considera que cada vez mais há uma crescente consciência de que a transição para modelos económicos circulares está fortemente ligada aos fluxos de comércio internacional. O nível de integração e interligação das economias nacionais, no sistema económico global, é de tal forma avançado que não será possível promover a mudança para um modelo económico circular e sustentável sem integrar as inúmeras interligações com o comércio internacional. Se, por um lado, o comércio internacional pode significar consequências negativas para a sustentabilidade do planeta, também poderá potenciar e acelerar, com a adoção de mediadas adequadas, a transição para um sistema económico mais circular e verde (UNEP, 2020).

Com este trabalho pretende-se analisar e mostrar as várias ligações entre a EC e o comércio internacional. Seguindo uma pesquisa exploratória e descritiva, o objetivo deste estudo será destacar a relevância da EC e sustentabilidade e de que forma o comércio internacional poderá ser fundamental na transição para esse modelo económico. Assim, na próxima secção apresenta-se a abordagem metodológica. De seguida abordamos a temática da EC, conceitos e políticas. Posteriormente abordam-se as interligações do comércio internacional e a EC e, por último, apresentam-se as considerações finais.

2 | ABORDAGEM METODOLÓGICA

Atendendo aos objetivos deste estudo, foi adotada uma pesquisa exploratória e descritiva. Segundo Richardson (1999) a pesquisa exploratória consiste na primeira etapa para quem pretende estudar uma temática sobre a qual não detêm suficiente conhecimento, ou seja, constitui o primeiro passo para estabelecer as bases para o desenvolvimento de estudos futuros pelo que o seu principal objetivo é aprofundar os conhecimentos sobre

determinado fenômeno para procurar explicações das suas causas e consequências. A pesquisa é também considerada descritiva na medida em que procura descrever, analisar, recolher e interpretar dados sobre o fenômeno ou a problemática em estudo (Gil, 2010).

Nesse sentido, com este trabalho espera-se obter maior conhecimento sobre a temática porque apesar das múltiplas relações e ligações que o comércio internacional possa assumir para a EC, esta temática ainda se encontra relativamente inexplorada (Yamaguchi, 2018).

3 | ECONOMIA CIRCULAR: CONCEITO E POLÍTICAS

O atual sistema económico linear “extrair-consumir-descartar” é insustentável e conduz à destruição dos recursos e ecossistemas indispensáveis à vida. Com a definição da Agenda 2030 pelas Nações Unidas (UN), em 2015, e apesar de ser um termo já bastante antigo, a emergência da sustentabilidade passou a ser uma prioridade da agenda da política mundial. Para respeitar os limites do planeta e garantir que “a satisfação das necessidades do presente não compromete a capacidade das gerações futuras de satisfazer as suas próprias necessidades” (UN, 1987:24)¹, é necessário redesenhar os sistemas de produção e consumo, isto é, é indispensável que a definição e implementação de políticas de crescimento e desenvolvimento integrem as questões ambientais, sociais e de sustentabilidade e envolvam todos os intervenientes, desde consumidores, empresas, organizações governos e países. Neste contexto, o sistema de EC tem sido considerado fundamental para a mudança de paradigma e prossecução do desenvolvimento sustentável (Corona et al., 2019; Comissão Europeias, 2020; Ellen MacArthur Foundation [EMF] (s.d.); Johansson & Henriksson, 2020; Kirchner et al., 2017; Nikolaou et al., 2021; Schroeder et al., 2018).

A literatura sobre a EC é abundante e vários trabalhos procedem à revisão dessa literatura, do conceito e suas dimensões (D’Amato & Korhonen, 2021; Ghiselline et al., 2016; Kirchner et al., 2017; Lieder & Rashid, 2016; Merli et al., 2018; Mhatre et al., 2021; Sauvé et al., 2016). Na tabela 1, é feita uma compilação das mais importantes contribuições para o conceito de EC, tanto institucionais como académicas.

¹ O Relatório Brundtland, publicado em 1987, foi elaborado pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento. Esta comissão, criada em 1983 pela Assembleia Geral da ONU, e presidida por Harlem Brundtland, apontou, pela primeira vez, a necessidade de adotar modelos de crescimento económico que conciliem e integrem as preocupações ambientais e sociais.

Autores	Definição
Institucionais	
EMF (2013)	<i>The term circular economy denotes an industrial economy that is restorative by intention and design. In a circular economy, products are designed for ease of reuse, disassembly and refurbishment, or recycling, with the understanding that it is the reuse of vast amounts of material reclaimed from end-of-life products, rather than the extraction of resources, that is the foundation of economic growth.</i>
European Commission (2015)	<i>A circular economy is an economy where the value of products, materials and resources is maintained in the economy for as long as possible, and the generation of waste minimized.</i>
European Environment Agency (2016)	<i>The concept can, in principle, be applied to all kinds of natural resources, including biotic and abiotic materials, water and land. Eco-design, repair, reuse, refurbishment, remanufacture, product sharing, waste prevention and waste recycling are all important in a circular economy</i>
Chatham House (2019)	<i>A circular economy is one in which products and materials are recycled, repaired and reused rather than thrown away, and in which waste from one industrial process becomes a valued input into another. Creating and optimizing resource 'loops' along value chains could help meet the material needs of growing populations through drastically lower rates of per capita primary resource use.</i>
OECD (2018)	<i>The circular economy, as a concept, involves using resources more efficiently across their life-cycle by closing, extending and narrowing material loops that could result in decoupling of primary raw material consumption from economic growth.</i>
WTO (2021)	<i>The circular economy emphasizes the creation of feeder loops that transform waste into new inputs for production at all nodes within the value chain.</i>
UNEP (s.d.)	<i>Circular economy is one of the current sustainable economic models, in which products and materials are designed in such a way that they can be reused, remanufactured recycled or recovered and thus maintained in the economy for as long as possible, along with the resources of which they are made.</i>
Acadêmicos	
Yuan et al. (2006)	<i>The main objectives of the circular economy are the reduction of the flow of materials, the achievement of energy efficiency, and the idea that natural and social capital must be constantly renewed through multiple phases.</i>
Ghisellini et al. (2016)	<i>By promoting the adoption of closing-the-loop production patterns within an economic system circular economy aims to increase the efficiency of resource use, with special focus on urban and industrial waste, to achieve a better balance and harmony between economy, environment and society.</i>
Sauvé et al. (2016)	<i>The circular economy is a movement (...) which proposes a system where reuse and recycling provide substitutes to the use of raw virgin materials. By reducing our dependency on such resources, it improves our ability, and the ability of future generations to meet their needs. The circular economy makes sustainability more likely.</i>
Singh e Ordenez, (2016)	<i>Circular economy is an economic strategy that suggests innovative ways to transform the current predominantly linear system of consumption into a circular one, while achieving economic sustainability with much needed material savings.</i>
Blomsma e Brennan (2017)	<i>Circular economy is a general term covering all activities that reduce, reuse, and recycle materials conducted in the process of production, circulation, distribution and consumption.</i>
Murray et al. (2017)	<i>By circular, an economy is envisaged as having no net effect on the environment; rather it restores any damage done in resource acquisition, while ensuring little waste is generated throughout the production process and in the life history of the product.</i>

Geissdoerfer et al. (2017) e Geissdoerfer et al. (2020)	<i>“a regenerative system in which resource input and waste, emission, and energy leakage are minimised by slowing, closing, and narrowing material and energy loops. This can be achieved through long-lasting design, maintenance, repair, reuse, remanufacturing, refurbishing, and recycling”.</i>
Haupt et al. (2017)	<i>The concept of circular economy conceives of a production and consumption system with minimal losses of materials and energy through extensive reuse, recycling, and recovery</i>
Korhonen et al (2018)	<i>Circular Economy is a sustainable development initiative with the objective of reducing the societal production-consumption systems’ linear material and energy throughput flows by applying materials cycles, renewable and cascade-type energy flows to the linear system. CE promotes high value material cycles alongside more traditional recycling and develops systems approaches to the cooperation of producers, consumers and other societal actors in sustainable development work.</i>
Merli et al. (2018)	<i>Circular Economy aims to overcome the take-make-dispose linear pattern of production and consumption, proposing a circular system in which the value of products, materials and resources is maintained in the economy as long as possible</i>
Kirchherr et al. (2017); Kirchherr et al. (2018)	<i>A Circular Economy describes an economic system that is based on business models which replace the ‘end-of-life’ concept with reducing, alternatively reusing, [and] recycling [...] materials in production/distribution and consumption processes, [...], with the aim to accomplish sustainable development, which implies creating environmental quality, economic prosperity and social equity, to the benefit of current and future generations</i>
Mhatre et al. (2021)	<i>The concept of Circular Economy presents a sustainable alternative to the usual linear model of take-make- use-dispose, and replaces it with make-use-reuse-remake-recycle.</i>
Velenturf, & Purnell (2021).	<i>In a circular economy resource use is improved by minimising the extraction of natural resources, maximising waste prevention, and optimising the environmental, social, material and economic values throughout the lifecycles of materials, components and products.</i>

Tabela 1. Algumas definições de Economia Circular

Fonte: elaboração própria.

A análise da tabela 1, e dos conceitos apresentados, indica que é possível apresentar algumas ideias base e comuns, nomeadamente, pode-se apontar que a EC consiste num modelo de produção e consumo que visa afastar-se da extração e consumo desmedido de recursos, das elevadas emissões de Gases com Efeitos de Estufa (GEE), produção de lixo com graves impactos nos ecossistemas, para, em lugar disso, promover um sistema circular baseado nos princípios de reutilização, reciclagem, reparação, por forma a manter nos materiais e produtos em circulação o máximo de tempo possível. Além da inovação no desenvolvimento de produtos, significa também a utilização de energias mais limpas, bem como uma progressiva mudança nos padrões de consumo massivo e baseado em produtos descartáveis e de curta duração.

A análise e revisão de trabalhos sobre a EC indica que esta tem sido analisada e estudada em diferentes áreas de pesquisa, existindo vários conceitos, dimensões e representações deste modelo alternativo ao modelo linear. Com efeito, pelo facto de ser estudado e aplicado por múltiplas áreas de estudo pode contribuir para a sua fragmentação

(Nikolaou & Tsagarakis, 2021) e para o facto de não haver na literatura uma definição de EC comumente aceite (Korhonen et al., 2018). Os múltiplos contributos, tanto da vertente académica como de fora dela, registaram um amplo e renovado interesse na última década (D' Amato & Korhonen, 2021) e são um comprovativo das preocupações dos governos, indústrias e sociedades de todo o mundo para responder aos desafios da escassez de recursos, impactos ambientais e benefícios económicos que podem advir da EC (Lieder et al., 2016). Apesar disso, há autores, como por exemplo Ghisellini et al. (2016), que consideram que o conceito de EC ainda requer mais desenvolvimento por forma a perceber como afetará a mobilidade das populações, o emprego, o comércio internacional e o papel das instituições.

A implementação da EC tem sido assumida como objetivo fundamental pelo que a nível político tem sido amplamente promovida em vários países da União Europeia (UE), como a Finlândia, Alemanha, França, Holanda, Eslovénia, Portugal, mas também em outras regiões do globo, como na China e Japão (Van der Ven, 2020).

No que respeita ao contexto europeu, a UE detém atualmente um quadro legal dos mais avançados do mundo em termos de proteção ambiental e EC (Domenech & Bahn-Walkowiak, 2019). A UE pretende alcançar a neutralidade climática em 2050. Como tal, no Plano de Ação para a EC, adotado em março de 2020, foram definidas medidas, políticas e planos de ação para que os Estados-Membros promovam modelos empresariais, produtos, serviços e cadeias de valor adaptados ao modelo circular. Este Plano de Ação está, também, centrado na adoção de medidas que permitam manter os recursos o maior tempo possível dentro das fronteiras europeias. Ao mesmo tempo estabelece objetivos para reduzir a pegada ambiental e os efeitos negativos sobre o ambiente. Em resumo, o plano de ação para a EC da UE prevê, como eixos fundamentais os indicados na figura 1.

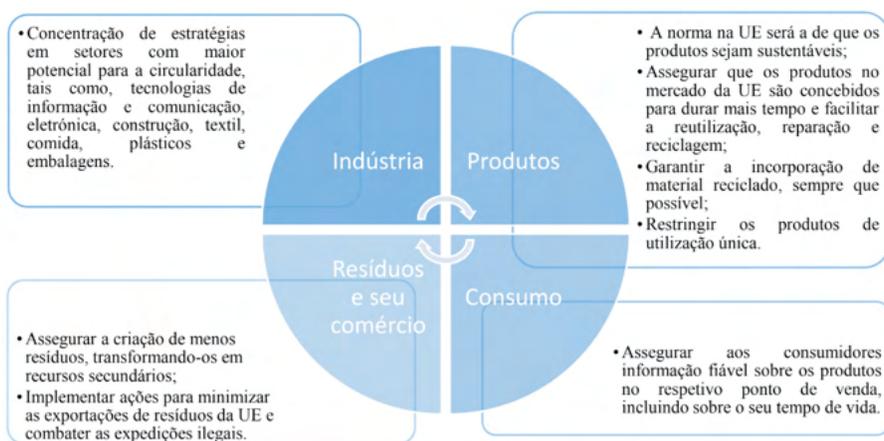


Figura 1. Eixos do plano de ação da UE para a EC

Fonte: Elaboração própria com base em Comissão Europeia (2020b)

O Plano visa também promover a transição mundial para a EC através de diálogos e acordos bilaterais, regionais e multilaterais que envolvam as Nações Unidas, a WTO, o G7 e o G20, mas também países, blocos regionais, instituições, setor privado e sociedade civil. Estas “missões” para a EC visam aumentar a cooperação com países terceiros em matéria de políticas ambientais, assinando acordos, iniciativas e promovendo um crescimento mais sustentável e inclusivo. O Plano de ação para a EC da União Europeia, indica que será necessário trabalhar em diferentes áreas e envolver os sectores público e privado, dentro e fora da Europa, para que se alcance uma economia mais eficiente. Nesse sentido, a Comissão Europeia está a considerar estabelecer uma Aliança Global para a EC que ajudaria a identificar lacunas de conhecimento e governação internacional relacionadas com EC e gestão sustentável dos recursos (Comissão Europeia, 2020b).

4 I COMÉRCIO INTERNACIONAL E ECONOMIA CIRCULAR

No contexto atual de globalização e interligação das economias e países, o comércio internacional constitui uma das suas principais dimensões. Nas últimas décadas os fluxos de comércio internacional aumentaram drasticamente determinando, também, uma alteração da composição desses fluxos. Através do comércio internacional, os países podem ultrapassar a escassez de recursos locais, uma vez que o comércio facilita a movimentação de recursos dos locais de oferta (onde estão disponíveis) para os centros de procura (UNEP, 2020).

De acordo com a UNEP (2020), o comércio internacional é responsável por quantidades muito maiores de extração de recursos do que os fluxos comerciais diretos indicam. Quando se considera e contabiliza a energia, água, utilização de terras e materiais adicionais utilizados na extração e produção de bens comercializáveis, mas que são “deixados para trás” enquanto resíduos e emissões no país exportador, o comércio é responsável por cerca de 1/3 do total de recursos extraídos (tabela 2).

Total de recursos extraídos	92 mil milhões de toneladas
Comércio direto de recursos	11 mil milhões de toneladas
Volume total de recursos extraídos ² relacionados com a produção de bens comercializados	35 mil milhões de toneladas

Tabela 2. Extração de recursos associada ao comércio (2017)

Fonte: UNEP (2020, p.10), adaptado.

A extração e processamento de recursos para exportação consome recursos naturais, contribui para o aumento de emissões, para a perda de biodiversidade, degradação do solo, para o desperdício e poluição da água. São, por conseguinte, necessárias políticas

² *Upstream resource requirements of trade* – inclui a extração e consumo de todos os materiais adicionais, energia, água, utilização de terra no país de origem necessários para extrair e produzir bens comercializáveis.

para lidar com os impactos adversos do comércio e assegurar que o comércio ajude a impulsionar a transição rumo a uma economia mais justa, mais sustentável e circular (UNEP, 2020). É inegável a natureza e escala global da produção, distribuição, consumo e poluição pelo que à ação nacional é imprescindível que se junte a cooperação e as soluções globais.

O comércio internacional desempenha um papel crítico pois fornecerá a escala que uma EC exige, reunindo a oferta e a procura de materiais reutilizáveis atualmente espalhados por vários mercados (WTO, 2019). Segundo Yamaguchi (2018) existem amplas ligações entre o comércio internacional e a EC. A adoção de sistemas circulares permitirá reduzir a procura e exportação de materiais primários e secundários e, ao mesmo tempo, vai reforçar o comércio de bens em segunda mão, produtos em fim de vida, materiais secundários e resíduos. As relações entre o comércio internacional e a EC ocorrem a vários níveis ao longo da cadeia de valor (Yamaguchi, 2018) tais como: comércio de materiais e resíduos para reciclagem; comércio em matérias-primas secundárias; comércio de produtos em segunda mão; comércio de bens para renovação e re-manufaturação e comércio de serviços integrados. Uma ampla adoção dos princípios da EC irá reduzir a necessidade de extração de recursos naturais e inputs energéticos contribuindo, também, para reduzir os seus impactos ambientais (Preston & Lehne, 2017; UNEP, 2020). Acordos e políticas comerciais para a EC, tais como a livre circulação e não discriminação, harmonização de regras relativas a características e qualidade de materiais e produtos, normas de concepção ecológica ou de reciclagem, definição de regras para que os governos comprem bens que cumpram as normas ambientais, podem potenciar a transição para a EC (Yamaguchi, 2021; WTO, 2019).

De facto, o comércio internacional detem um papel determinante na transição para a EC uma vez que as cadeias de valor são globais e interligadas (OECD, 2019; Tamminen et al., 2020). Apesar das medidas e políticas de EC serem fundamentalmente definidas e adotadas a nível nacional, a transição para a circularidade vai ter efeitos nos fluxos de comércio entre os países (Dellink, 2020; Van Der Ven, 2020). Estes impactos da transição para a EC são difíceis de antecipar e dependem de vários fatores e variáveis (Van der Ven, 2020). Não obstante, é possível antecipar alguns desses impactos conforme são apresentados na tabela 3.

Impactos	Oportunidades	Desafios
Redução na procura de recursos	Redução no consumo de água, energia, terra requerida para extração e processamento, o que se traduzirá em benefícios para o ambiente	Os países abundantes em recursos, e dependentes da sua exportação, enfrentarão constrangimentos económicos em termos de emprego e geração de riqueza. Estes países terão que adotar medidas de compensação e ajustamento e diversificar as atividades em consonância com o quadro da circularidade e sustentabilidade.
Mudança nos padrões de comércio de lixo, resíduos e sucata.	Aumento dos níveis de reciclagem interna; Redução das exportações de lixo pelo menos até que a qualidade das exportações de resíduos e a capacidade de processamento no país importador possa ser assegurada; Potencia a substituição de materiais primários pela utilização de materiais secundários.	A evidência sugere que o comércio de lixo reciclável tende a direcionar-se para países com normas ambientais menos exigentes e com mais baixos custos de processamento; Pode potenciar o <i>downcycling</i> ¹ Risco de que os países importadores possam não ter capacidade de gestão de resíduos e/ou ter problemas com o comércio ilegal.
Aumento do comércio de materiais secundários, de bens em segunda mão e bens para re-fabricação	Oportunidades de criação de emprego e crescimento verde associadas aos negócios da reutilização, reparação e re-fabricação; Potencialidades para a criação de hubs regionais para a re-fabricação e comércio.	Pode potenciar o <i>downcycling</i> ; Restrições comerciais; Pode criar abertura para o comércio ilegal de resíduos perigosos ou contaminados; Gerir questões relativas a normas, harmonização de definições e classificações.
Alteração nos padrões de comércio de serviços	Crescimento da “economia de partilha” e sistemas de serviços de produtos; Modelos de negócios inovadores; Novas oportunidades de emprego.	Barreiras comerciais; O “fosso” (gap) digital pode levar a uma desigual distribuição dos benefícios.

¹ Downcycling consiste na reciclagem e utilização de materiais usados para fazer um produto de valor inferior ao do material ou objeto original.

Tabela 3. Impactos, desafios e oportunidades da transição para a EC

Fonte: UNEP (2020, p.49), adaptado.

4.1 Comércio como instrumento da EC

4.1.1 Comércio de bens em segunda mão e materiais secundários

O comércio de materiais e matérias primas secundárias é importante para promover a EC pois constitui uma alternativa às matérias e recursos naturais e, dessa forma, poderá reduzir a sua extração. Por outro lado, potencia a disponibilidade de materiais mais ecológicos para os países com escassez de recursos primários e incentiva à sua reciclagem (Yamaguchi, 2018). As matérias-primas secundárias, recuperadas a partir de resíduos, podem tornar-se recursos valiosos para países importadores e uma oportunidade de promover a circularidade na produção, desde que esse comércio signifique fluxos de resíduos de qualidade apropriada (Tamminen et al., 2020). Nesse sentido, será importante

promover medidas que eliminem os principais obstáculos à expansão do comércio destes produtos que, segundo Tamminen et al. (2020), estão associados à necessidade de assegurar a qualidade destes materiais secundários (por exemplo, através de normas de reciclabilidade, certificação ou eco-design) e à eliminação das restrições à exportação frequentemente aplicadas aos resíduos e sucata. Outra questão está associada à dificuldade de rastrear o comércio destes bens devido ao sistema harmonizado³ de classificação dos bens.

Por sua vez, o comércio de bens em segunda mão constitui também uma oportunidade de promover a EC pois aumenta-se a vida útil dos produtos evitando a extração de recursos primários e a poluição decorrente do processo produtivo. Além disso, e como refere a Comissão Europeia (2008), os consumidores podem obter os produtos a preços mais baixos. O comércio deste tipo de bens, como por exemplo carros e têxteis em segunda mão, tem as suas vantagens, mas também enfrenta desafios e questões técnicas. Por exemplo, para os países em desenvolvimento importadores de carros em segunda mão (velhos e ineficientes) poderá constituir um entrave para que alcancem metas de descarbonização. O comércio destes bens também tem sido sujeito a restrições e proibições por parte de alguns Estados como forma de protegerem as suas indústrias nacionais do aumento de concorrência decorrente da importação de bens em segunda mão de países terceiros (Preston et al., 2019). Tal como o comércio de materiais secundários, o comércio destes bens em segunda mão é difícil de rastrear (Tamminen, 2020).

4.1.2 Comércio de lixo, resíduos e sucata

Desde que devidamente regulado e controlado, o comércio deste tipo de matérias pode constituir um importante input em termos de recuperação de energias e materiais. Quando os países de destino de exportação do lixo, resíduos e sucata dispõem de condições de tratamento e regulamentação eficaz, permitindo que os materiais sejam triados, reciclados ou re-fabricados, aproveitando vantagens comparativas e efeitos de escala, então este comércio contribui para uma EC global (Tamminen, 2020; UNEP 2020). Contudo, e apesar do comércio internacional de lixo estar regulamentado em acordos ambientais multilaterais, as preocupações aumentam relativamente às exportações para economias emergentes e países em desenvolvimento, com menor capacidade de gestão e tratamento dos resíduos e normas ambientais menos rigorosas (Yamaguchi, 2018; UNEP, 2020), podendo levar a que o lixo e resíduos acabe em aterros sanitários ou seja despejado sem garantir a proteção do ambiente, contribuindo para aumentar a crise e o problema do lixo (UNEP, 2020; Van der Ven, 2020).

Como resposta a estes desafios, foram adotadas algumas medidas internacionais

³ O Sistema Harmonizado é uma nomenclatura internacional de classificação de produtos que permite aos países classificar as mercadorias comercializadas numa base comum para fins aduaneiros.

como a Convenção de Basileia⁴ e as suas adendas, bem como alguns países começaram a impor restrições e barreiras à importação de certos tipos de lixo. Como é o caso, por exemplo, da China que em 2018 impôs restrições de importação a vários tipos de plásticos e resíduos de papel não triados, e da Índia que proibiu resíduos plásticos sólidos em 2019 (UNEP, 2020). Outros países do Sudeste Asiático, como a Malásia, Vietname e Indonésia estão a adotar medidas e impor restrições à importação de lixo, plástico e materiais não recicláveis (Sembiring, 2019). Estas medidas aumentam a pressão sobre os países exportadores que terão que lidar com o plástico e outro lixo que era exportado, o que irá alterar o panorama do comércio internacional nesta área (Yamaguchi, 2021). Os efeitos e resultados destas medidas são difíceis de prever e definir. Contudo, um dos efeitos poderá ser o aumento do comércio ilegal de lixo, uma atividade que poderá por em causa o comércio lícito e os esforços para apoiar uma EC e eficiente em termos de recursos. A crescente atenção global às questões do comércio de resíduos plásticos e lixo poderá conduzir a inovações, mudanças de atitude, bem como ao desenvolvimento de materiais biodegradáveis e normas e práticas de gestão de resíduos mais rigorosas, que possam contribuir para uma economia totalmente circular e um comércio de resíduos sustentável (Sembiring, 2019).

4.1.3 Comércio de bens para reparação, remodelação e re-fabricação

Considerando que as atividades de reparação, remodelação e re-fabricação ocorrem sobretudo em setores capital intensivo, como a defesa, aeroespacial, indústria automóvel e produtos eletrónicos para consumo final, então, do ponto de vista ambiental, há muito menos impactos quando um produto é remodelado ou re-fabricado do que quando é produzido um produto novo. Isto porque a utilização global de materiais é consideravelmente menor e, dessa forma, poderá contribuir para a transição para a EC (Nasr et al., 2018). Assim, facilitar as trocas e eliminar barreiras neste tipo de comércio será importante para desenvolver o mercado e potenciar práticas circulares e a transição para a EC (Nasr et al., 2018). O comércio de produtos para reparação, remodelação ou re-fabricação pode dar uma nova vida aos produtos e máquinas. Ao mesmo tempo, pode encorajar a criação e desenvolvimento de novos negócios associados ao fornecimento de serviços proporcionados pela inovação digital (Tamminen et al., 2020).

4.1.4 Comércio de serviços

Os serviços e o comércio de serviços, a par do comércio de lixo e resíduos, de bens e materiais em segunda mão e produtos para reparação, remodelação e re-fabricação, constitui um elemento fundamental no processo de transição para a EC. Atualmente, uma vasta gama de serviços, tais como tecnologias de informação, serviços de Investigação

⁴ Convenção sobre o Controlo de Movimentos Transfronteiriços de Resíduos Perigosos e Sua Eliminação

& Desenvolvimento (I&D), logística, ou serviços de pós-montagem estão estreitamente associados e/ou integrados nos modelos de negócio relacionados com a venda de bens. Cada vez mais, a indústria assegura e vende aos clientes soluções integradas, em vez de bens ou serviços individuais. Um fenómeno frequentemente designado por *servicification of manufacturing* (Tamminen, 2020 p.11). O comércio internacional de serviços providencia mais ferramentas para as empresas e consumidores no processo de transição para a EC. Várias fases na cadeia de valor dependem do fornecimento de serviços, seja a montante: por exemplo serviços digitais na fase de conceção e desenvolvimento do produto, eco-design, na fase de fornecimento de materiais reciclados, mas também na fase de transformação em matéria-prima secundária, ou na fase de produção através de re-fabricação ou remodelação; seja em atividades a jusante, como plataformas de partilha, serviços de leasing, aluguer, serviços de reparação, recolha e reciclagem.

4.2 Políticas comerciais e a transição para a EC

As estratégias e ações para a EC são, maioritariamente, adotadas a nível nacional e regional. Contudo, os produtos e serviços estão incorporados em cadeias de valor globais pelo que a adoção isolada de políticas internas não será suficiente para facilitar a transição para uma economia global mais eficiente e circular. São necessários esforços adicionais, a nível regional e global, de forma a promover e aumentar a cooperação internacional no sentido de rever as políticas comerciais, os requisitos de eco-design e verificar os padrões de reparabilidade e reciclabilidade dos materiais e produtos (Yamaguchi, 2018).

É necessário definir políticas comerciais adequadas que promovam a transição para o modelo circular (Tamminen et al., 2020). Com efeito, numerosos ganhos económicos podem advir da adoção de políticas bem concebidas, incluindo a utilização de materiais e energia de uma forma mais sustentável e eficiente, potenciando o comércio de produtos e serviços com baixo grau de carbono. Para isso é necessário que os objetivos e políticas do sistema multilateral comercial e a ação para o desenvolvimento sustentável se apoiem mutuamente. Os acordos comerciais podem desempenhar um papel importante no avanço para uma economia mais circular desde que os países estabeleçam acordos comerciais ligados às suas políticas ambientais (Bellmann & Sell, 2021; Van der Ven, 2020; UNEP,2020). As políticas comerciais, como o comércio livre de produtos circulares, a não discriminação, a transparência, bem como a harmonização de normas, ao nível da qualidade, composição de materiais, facilitará a transição para uma economia mais circular. Ao mesmo tempo, o desenvolvimento destes acordos pode alargar a responsabilidade dos produtores, encorajando-os a conceber produtos de melhor qualidade e mais circulares (Yamaguchi, 2021).

A WTO pode desempenhar um papel estratégico para fazer com que os países cooperem na definição de políticas que favoreçam a transição para a EC na medida em que pode criar sinergias entre diferentes países, sensibilizar os diferentes responsáveis

políticos e cooperar com outras organizações para contribuir para um modelo económico mais circular. Especificamente, e segundo Van der Ven (2020), a WTO pode (i) incluir a EC como uma matéria prioritária na agenda multilateral; (ii) reforçar o papel da Comissão do Comércio e do Ambiente; (iii) facilitar iniciativas específicas relacionadas com a EC; e (iv) ligar a Ajuda para o comércio à EC.

Embora o comércio internacional seja um elemento chave na transição para a EC a nível global, neste âmbito, ainda se está numa fase inicial e há muitas questões em aberto, nomeadamente como conjugar a transição para uma EC sem prejudicar os países dependentes da exportação de recursos primários e naturais e como conjugar as políticas comerciais, as políticas de cooperação para o desenvolvimento e a EC. Kettunen et al. (2019) identificam algumas soluções e propostas no sentido de promover esses objetivos: (i) remover as barreiras comerciais ao comércio de matérias-primas secundárias; (ii) definir acordos comerciais para promover a EC a nível global, para integrar a EC em todos os sectores comerciais, e para os considerar como parte das avaliações de impacto da sustentabilidade comercial; (iii) as políticas internas devem promover a procura de matérias-primas secundárias, promover o investimento na reciclagem e sua gestão, e promover contratos públicos ecológicos; (iv) é necessário o desenvolvimento de normas comuns a nível mundial (por exemplo, sustentabilidade do produto, qualidade do material); (v) é necessário definir medidas no contexto do consumo final na medida em que a transição para a EC terá que ocorrer num contexto mais amplo da contenção do consumo e da procura.

Embora muitos países e regiões já tenham diretrizes claras para promover modelos de negócios mais circulares, a regulamentação para acabar com as más práticas no comércio internacional que, muitas vezes, têm efeitos negativos no ambiente e em diferentes grupos sociais, ainda são incipientes. Ao mesmo tempo, em certos casos, o comércio associado à EC pode significar desvantagens para alguns países em desenvolvimento, prejudicando não apenas o ambiente, mas também as suas oportunidades de inovação e desenvolvimento (UNEP, 2020). Nesse sentido, é fundamental que os países em desenvolvimento sejam incluídos no comércio sustentável e na transição para a EC. Estes países devem ser apoiados para encontrar formas de utilizar estes acordos mais proactivamente e utilizá-los como instrumentos para aproveitar as oportunidades e minimizar os desafios associados a uma transição para uma EC (Van der Ven, 2020; UNEP, 2020). Dada a globalização das cadeias de valor, só a cooperação entre o maior número possível de países poderá potenciar e acelerar a mudança do sistema económico linear para um sistema circular.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A transição para um modelo económico circular implica substituir o atual modelo de crescimento insustentável, que se baseia na extração e utilização intensiva de recursos,

com elevadas emissões, produção de resíduos e elevados impactos nos ecossistemas naturais. O sistema de EC, centra-se na manutenção do valor e da vida útil das matérias primas e dos bens o maior tempo possível e é considerado fundamental para promover o desenvolvimento sustentável e os objetivos da Agenda 2030, os quais constituem um desafio global, multidisciplinar e transformativo e que integra a vertente económica, social, ambiental e política.

Pelo seu potencial impacto no crescimento económico e na redução da pobreza, o comércio internacional constitui uma vertente chave para a implementação da EC e alcance do desenvolvimento sustentável. Existem várias ligações potenciais entre o comércio internacional e a EC que precisam ser adotadas, aproveitadas e alavancadas para que se atinjam esses objetivos. Para a Comissão Europeia (2020 a), os acordos de livre comércio constituem um instrumento poderoso para melhorar as relações económicas e políticas entre os países e poderá sê-lo também para potenciar a transição para uma EC global. Num contexto atual de globalização e interligação das economias e países, para que a transição para uma economia mais circular seja bem-sucedida terá tem que ser inclusiva e ocorrer a nível global. Neste contexto, o comércio internacional pode desempenhar um papel importante na medida em que a adoção de sistemas circulares permitirá reduzir a procura e exportação de recursos primários e, ao mesmo tempo, reforçar o comércio de bens em segunda mão, produtos em fim de vida, materiais secundários e resíduos (Yamaguchi, 2018). É importante que ocorram práticas comerciais circulares em toda a cadeia de valor porque, pese embora a EC se distancie da extração e utilização de recursos naturais e primários, criando desafios para os países dependentes da sua exportação, também potenciará novas oportunidades de negócio em setores como a produção de materiais secundários, reparação e refabricação, novos serviços e economia partilhada, criando novos empregos e incentivos à re-industrialização. Portanto, os acordos comerciais internacionais e a WTO desempenham um papel crítico não só na abordagem de novos desafios técnicos, tais como os relacionados com definições, harmonização e categorização de produtos e materiais, mas também em assegurar que a transição para uma economia circular seja inclusiva (Van der Ven, 2020). É necessário reforçar o diálogo e a cooperação internacional e multilateral num esforço para melhor compreender e responder aos impactos distributivos das políticas da EC e assegurar que os acordos firmados, no seu âmbito, sejam inclusivos também para os países em desenvolvimento. Portanto, os objetivos e políticas do sistema comercial multilateral e a ação para a EC e desenvolvimento sustentável terão que ser complementares e apoiar-se mutuamente.

REFERÊNCIAS

Bellmann, C. & Sell, M. (2021). Options to Incorporate Circular Economy Provisions in Regional Trade Agreements. Published by the International Institute for Sustainable Development. Disponível em: <https://www.iisd.org/publications/circular-economy-regional-trade-agreements>

Blomsma, F. & Brennan, G., (2017). The emergence of circular economy: a new framing around prolonging resource productivity. *Journal of Industrial Ecology*, 21(3), 603–614. <https://doi.org/10.1111/jiec.12603>

Chatam House (2019). *An Inclusive Circular Economy. Priorities for Developing Countries*. Research Paper. Disponível em <https://www.chathamhouse.org/2019/05/inclusive-circular-economy>

Comissão Europeia (2008). *Communication from the commission to the European Parliament and the council Sustainable Consumption and Production and Sustainable Industrial Policy*. Brussels. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/PDF/?uri=CELEX:52008DC0397&from=EN>

Comissão Europeia (2020a). *Liderar o caminho para uma economia circular a nível mundial: ponto da situação e perspectivas*. SWD (2020) 100 final. Disponível em <https://op.europa.eu/en/publication-detail/-/publication/31079d7e-3a96-11eb-b27b-01aa75ed71a1/language-en/format-PDF/source-search>

Comissão Europeia (2020b). *Plano de Ação para a Economia Circular. Para uma Europa mais limpa e competitiva*. Serviço das Publicações da União Europeia. Disponível em <https://op.europa.eu/en/publication-detail/-/publication/45cc30f6-cd57-11ea-adf7-01aa75ed71a1/language-en/format-PDF/source-170854112>

Corona, B., Shen, L., Reike, D., Carreón, J.R. & Worrell, E. (2019). Towards sustainable development through the circular economy—a review and critical assessment on current circularity metrics. *Resource, Conservation and Recycling*, 151, 104498. <https://doi.org/10.1016/j.resconrec.2019.104498>

Dellink, R. (2020), “The Consequences of a more resource efficient and circular economy for international trade patterns: A modelling assessment”, *OECD Environment Working Papers*, No. 165, OECD Publishing <https://doi.org/10.1787/fa01b672-en>

EMF (2013). *Towards the Circular Economy. Economic and business rationale for an accelerated transition*. Disponível em https://www.werktrends.nl/app/uploads/2015/06/Rapport_McKinsey-Towards_A_Circular_Economy.pdf

EMF (s.d.). *Circular Economy. Concept*. Disponível em <https://www.ellenmacarthurfoundation.org/circular-economy/concept>

European Commission. (2015). *Closing the loop—An EU action plan for the circular economy*. <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?uri=CELEX:52015DC0614>

European Environment Agency (2016). *Circular economy in Europe. Developing the knowledge base*. EEA Report No 2/2016. Luxembourg: Publications Office of the European Union.

Geissdoerfer, M.; Savaget, P.; Bocken, N. & Hultink, E. (2017). The Circular Economy – A new sustainability paradigm? *Journal of Cleaner Production*, 143, 757-768. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2016.12.048>

Geissdoerfer, M.; Pieroni, M. P.; Pigosso, D. C. A.; Soufani, K. (2020). Circular business models: A review. *Journal of Cleaner Production*, 277, 123741. 1-17. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2020.123741>

Gentiloni, P. (2020). Foreword of Commissioner Gentiloni. In: Sustainable development in the European Union. Monitoring report on progress towards the SDGs in an EU context. Publications Office of the European Union, Luxembourg. Disponível em <https://ec.europa.eu/eurostat/web/products-statistical-books/-/KS-02-20-202>

Ghisellini, P., Cialani, C., Ulgiati, S., 2016. A review on circular economy: the expected transition to a balanced interplay of environmental and economic systems. *Journal of Cleaner Production*, 114, pp.11–32. <http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0959652615012287>

GIL, A. C. (2010). Como elaborar projetos de pesquisa. Atlas, 5ª ed.

Haupt, M.; Vadenbo, C. & Hellweg, S. (2017). Do We Have the Right Performance Indicators for the Circular Economy? Insight into the Swiss Waste Management System, 21, (3). Special Issue: Exploring the Circular Economy, 615-627. <https://doi.org/10.1111/jiec.12506>

Johansson, N., & Henriksson, M. (2020). Circular economy running in circles? a discourse analysis of shifts in ideas of circularity in Swedish environmental policy. *Sustainable Production and Consumption*, 23, 148–156. <https://doi.org/10.1016/j.spc.2020.05.005>

Kettunen, M., S. Gionfra and M. Monteville (2019). *EU Circular Economy and Trade Report: Improving policy coherence for sustainable development*, IEEP Brussels. <https://ieep.eu/publications/eu-circular-economy-and-trade-report>

Kirchherr, J., Reike, D., Hekkert, M., (2017). Conceptualizing the circular economy: an analysis of 114 definitions. *Resources, Conservation & Recycling*. 127, pp. 221–232. <https://doi.org/10.1016/j.resconrec.2017.09.005>

Kirchherr, J.; Piscicellia, L.; Boura, R.; Kostense-Smit, E.; Muller, J.; Huibrechtse-Truijensb, A.; Hekkerta, M. (2018). Barriers to the Circular Economy: Evidence From the European Union. *Ecological Economics*, 150, 264-272. <https://doi.org/10.1016/j.ecolecon.2018.04.028>

Korhonen, J.; Nuur, C.; Feldmann, A. Birkie, S. E. Circular economy as an essentially contested concept. *Journal of Cleaner Production*, 175, 544-552. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2017.12.111>

Merli, R.; Alessia, P. & Acampora, M. (2018). How do scholars approach the circular economy? A systematic literature review. *Journal of Cleaner Production*, 178, 703-722, <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2017.12.112>

Mhatre, P.; Panchal, R.; Singh, A. & Bibyan, S. (2021). A systematic literature review on the circular economy initiatives in the European Union. *Sustainable Production and Consumption* 26 ,187–202. <https://doi.org/10.1016/j.spc.2020.09.008>

Murray, A., Skene, K., Haynes, K., (2017). The circular economy: an interdisciplinary exploration of the concept and application in a global context. *Journal of Business Ethics*, 140, pages 369–380. <https://doi.org/10.1007/s10551-015-2693-2>

Nasr, N.; Russell, J.; Bringezu, S.; Hellweg, S.; Hilton, B. Kreiss, C. & von Gries, N (2018). Re-defining Value – The Manufacturing Revolution. Remanufacturing, Refurbishment, Repair and Direct Reuse in the Circular Economy. A Report of the International Resource Panel. United Nations Environment Programme. Disponível em: <https://www.resourcepanel.org/reports/re-defining-value-manufacturing-revolution>

Nikolaou, I.E., Jones, N. & Stefanakis, A. (2021) Circular Economy and Sustainability: the Past, the Present and the Future Directions. *Circular Economy and Sustainability*, 1, 1–20 (2021). <https://doi.org/10.1007/s43615-021-00030-3>

Nikolaou, I. E. & Tsagarakis, K. P. (2021). An introduction to circular economy and sustainability: Some existing lessons and future directions. *Sustainable Production and Consumption*, 28, 600–609. <https://doi.org/10.1016/j.spc.2021.06.017>

OECD (sd). Trade, Resource Efficiency and Circular Economy. Disponível em: <https://www.oecd.org/environment/trade-resource-efficiency-circular-economy.htm>

OECD (2018). *International Trade and the Transition to a Circular Economy*. OECD Resource Efficiency & Circular Economy Project. Disponível em: <https://www.oecd.org/environment/waste/policy-highlights-international-trade-and-the-transition-to-a-circular-economy.pdf>

OECD (2019). *Global Material Resource Outlook to 2060: Economic Drivers and Environmental Consequences*. <https://www.oecd.org/publications/global-material-resources-outlook-to-2060-9789264307452-en.htm>

Pereira, R. S. (2021). O sistema de Economia Circular e a Agenda 2030: análise da evolução em Portugal. *E3 - Revista De Economia, Empresas E Empreendedores na CPLP*, 7(1), 097-124. <https://doi.org/10.29073/e3.v7i1.381>

Preston, F. & Lehne, J. (2017). A Wider Circle? The Circular Economy in Developing Countries. A Chatham House Briefing. Chatham House. <https://www.chathamhouse.org/2017/12/wider-circle-circular-economy-developing-countries>

Richardson, R. J.(1999). *Pesquisa social: métodos e técnicas*. Atlas.

Stefanakis AI, Nikolaou I (2021) Circular economy and sustainability, Volume 1. Elsevier Publishing

Sauvé, S., Bernard, S., Sloan, P., (2016). Environmental sciences: sustainable development and circular economy: alternative concepts for trans-disciplinary research. *Environment Development*, 17, 48–56. <https://doi.org/10.1016/j.envdev.2015.09.002>

Sembinging, M. (2019). Global Waste Trade Chaos: Rising Environmentalism or Cost-Benefit Analysis? *NTS Insight*, no. IN19-02. Disponível em: https://www.rsis.edu.sg/wp-content/uploads/2019/07/NTS-Insight-Global-waste-trade_010719.pdf

Singh, J.; Ordóñez. (2016). Resource recovery from post-consumer waste: important lessons for the upcoming circular economy. *Journal of Cleaner Production*, 134, 342-353. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2015.12.020>

Tamminen, S., Sell, M., Forslund, T., Tipping, A., Soprana, M., & Belmann, C. (2020). Trading Services for a Circular Economy. Ministry for Foreign Affairs of Finland and the International

Institute for Sustainable Development. Disponível em <https://www.iisd.org/system/files/2020-10/trading-services-circular-economy.pdf>

United Nations (1987). Report of the World Commission on Environment and Development “Our Common Future” - document A/42/427. Disponível em <https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/5987our-common-future.pdf>

UNEP (2020). Sustainable trade in resources. Global material flows, circularity and trade. Discussion paper. United Nations Environment Programme. <https://www.unep.org/resources/publication/sustainable-trade-resources-global-material-flows-circularity-and-trade>

UNEP (s.d.). *European Commission and UNEP will foster the circular economy globally*. Disponível em: <https://www.unep.org/news-and-stories/story/european-commission-and-unep-will-foster-circular-economy-globally>

Van Der Ven, C. (2020). The Circular Economy, Trade, and Development: Addressing Spill-overs and Leveraging Opportunities. Study Commissioned by the Permanent Representation of the Netherlands to the WTO. Geneva: TULIP Consulting. <https://tinyurl.com/yybdjayh>

Velenturf, A. P.M. & Purnell, P. (2021). Principles for a sustainable circular economy. *Sustainable Production and Consumption*, 27, 1437–1457. <https://doi.org/10.1016/j.spc.2021.02.018>

WTO (2019). *Role of trade in promoting circular economy highlighted at WTO Environment Week*. Disponível em: https://www.wto.org/english/news_e/news19_e/envir_03dec19_e.htm

WTO (2020). Short answers to big questions. On the WTO and the environment. https://www.wto.org/english/res_e/publications_e/envirqapublication_e.htm

WTO (2021). *Circular economy, economic diversification and Aid for Trade*. Disponível em: https://www.wto.org/english/tratop_e/devel_e/a4t_e/workshop_10june21_e.htm

Yamaguchi, S. (2018). International Trade and the Transition to a More Resource Efficient and Circular Economy: A Concept Paper. OECD Trade and Environment Working Papers, No. 2018/03, OECD Publishing, <https://doi.org/10.1787/847feb24-en>

Yamaguchi, S. (2021). International trade and circular economy - Policy alignment. 80p. OECD Trade and Environment Working Papers, No. 2021/02, OECD Publishing. <https://doi.org/10.1787/ae4a2176-en>

Yuan, Z., Bi, J., & Moriguchi, Y. (2006). The circular economy: A new development strategy in China. *Journal of Industrial Ecology*, 10, Issue 1-2, 4-8, 10.1162/108819806775545321

ÍNDICE REMISSIVO

A

Agroindústria canavieira 136, 137, 139, 141, 142, 143, 146, 147

Análise Swot 100, 103, 109

Auditoria ambiental 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 35, 36, 37, 38

C

Comércio internacional 117, 118, 119, 120, 123, 124, 125, 127, 128, 129, 130, 131

Crédito 18, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 48, 49, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 75, 76, 77, 78, 144, 154, 164, 183, 207

D

Desemprego 1, 3, 4, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 14, 71, 142, 145, 153, 213

Desenvolvimento sustentável 25, 26, 27, 36, 37, 52, 53, 54, 55, 62, 65, 66, 117, 120, 129, 131, 161, 183, 192

Digital 118, 126, 128, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 190

E

Economia 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 26, 27, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 77, 78, 101, 109, 110, 117, 118, 120, 122, 124, 125, 126, 128, 129, 131, 132, 134, 137, 139, 140, 147, 148, 149, 152, 154, 160, 163, 168, 171, 172, 174, 175, 176, 196, 199, 200, 201, 203, 206, 208, 209, 210, 211, 212, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220

Economia circular 50, 51, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 117, 118, 120, 122, 124, 131, 132, 134

Economia do trabalho 1, 2, 13, 14

Educação 25, 56, 67, 68, 69, 71, 72, 76, 150, 153, 158, 163, 177, 178, 210, 211, 212, 213, 215

Endividamento 67, 68, 69, 70, 71, 72, 75, 76, 77, 205, 206, 210, 211, 213, 214, 215, 217, 218

Esclavidud de negros y repartimiento de indios 79

Escola Pós-Keynesiana 1

Espírito Santo 192, 194, 195, 197, 199, 200, 201, 202, 203

F

Financiamento 70, 76, 137, 142, 153, 160, 179, 180, 184, 189, 206, 208, 209, 210, 211, 215, 218

Formas de trabajo 79, 80, 88, 98

Frecheirinha-Ceará 169

G

Gestão empresarial 25

I

Indicações geográficas 192, 195, 198, 203, 204

K

Keynes 1, 2, 3, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15

M

Marketing 71, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 112, 114, 115, 116, 152, 194

Mercado de trabalho 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 9, 10, 11, 12, 13, 184

Microcrédito 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 49

Mix de marketing 100, 112

Moda íntima 169, 171, 172, 173, 174, 176, 177

Modelo 8, 11, 37, 41, 42, 53, 56, 60, 61, 62, 63, 102, 117, 118, 119, 122, 123, 129, 130, 148, 149, 159, 176, 185, 186, 189, 190

Modernização 114, 136, 137, 138, 139, 144, 147, 161, 172

N

Necessidade 9, 13, 27, 28, 35, 53, 59, 60, 61, 62, 102, 104, 109, 111, 114, 120, 125, 127, 139, 143, 144, 148, 149, 155, 161, 165, 167, 186, 192, 202, 205, 209, 217, 218

Novos territórios 169, 176

P

Pequeñas empresas 24, 39

PNAPO 157, 158, 167

Política pública de agroecologia 157

Pós-pandemia 50, 51, 60, 62, 64

Profissional 25, 148, 149, 151, 152, 155, 156, 180, 183, 185

Propriedade industrial 192, 193, 194, 195, 203, 204

R

Região Nordeste 197

S

Sindicato 142, 149, 179, 180, 181, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 191

Sociedade tecnológica 179, 181, 183, 184

Sustentabilidade empresarial 50, 51, 61

Sustentabilidade sindical 179, 183, 186

T

Terceiro setor 157, 158, 159, 160, 166, 168

- 🌐 www.atenaeditora.com.br
- ✉ contato@atenaeditora.com.br
- 📷 @atenaeditora
- 📘 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

ECONOMIA:

Mercado e relações de trabalho



- 🌐 www.atenaeditora.com.br
- ✉ contato@atenaeditora.com.br
- 📷 @atenaeditora
- 📘 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

ECONOMIA:

Mercado e relações de trabalho

